

Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.

Identificação da Escola: Colégio da Trofa
Circulo: PORTO
Sessão: SECUNDÁRIO

## Projecto de Recomendação:

**Exposição de motivos:** (considerações ou argumentos que justificam ou enquadram as medidas propostas)

O centenário da República deve ser encarado como um momento de reflexão, em que se efectue o balanço de cem anos de mudanças.

Liberdade, paz, cidadania, igualdade, Estado de Direito são ideais republicanos que resultaram deste importante marco histórico.

É tempo de valorizar estas grandes mudanças, mas também é tempo de reflectir na pertinência das mesmas no futuro. Com efeito, a sociedade portuguesa tem vindo a sofrer importantes e necessárias alterações. Por isso, chegou o momento de perspectivar os ideais republicanos num país actual, mais moderno e com novas preocupações.

Neste âmbito, particular atenção deve ser dada à justiça que remete-nos para um dos principais ideais republicanos: o Estado de Direito. Nesta medida, consideramos que a criação do Tribunal Constitucional foi fundamental para dar resposta aos princípios da justiça. Contudo, a forma como é constituído pode assentar num sistema mais justo e equitativo. Com efeito, dos treze juízes que o constituem, dez são designados pela Assembleia da Republica e três são convidados por outros juristas. Este sistema de selecção pode ser melhorado de forma a explorar com mais profundidade as competências dos juízes.

Outra área que despertou o nosso interesse foi a tipologia de divisão territorial existente em Portugal. Nesta medida, é importante salientar, que este país, de reduzida dimensão apresenta inúmeras divisões para efeitos distintos. Assim, encontramos divisões administrativas, designadas de distritos, subdivididas em concelhos e freguesias. Encontramos ainda uma divisão territorial para fins estatísticos, designada de NUT's – Nomenclaturas de Unidades Territoriais. Podemos dar também o exemplo da divisão em CCDR's – Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional, que tem como finalidade garantir a gestão territorial numa lógica de desconcentração e descentralização administrativas. Tantas divisões com diferentes objectivos parecem-nos ser um factor de dispersão e desperdício dos fundos financeiros e de recursos humanos.

Assim, com vista a inspirar a renovação cívica que se pretende com este debate e reflexão sobre a Republica, propomos algumas medidas que procurem dar respostas aos problemas enunciados anteriormente.

*Escreva o nome da Escola, do distrito ou Região Autónoma em que se insere e a Sessão em que participa (Básico ou Secundário). O projecto de Recomendação tem de respeitar os seguintes limites de texto: exposição de motivos – 3300 caracteres (incluindo espaços); cada medida – 850 caracteres (incluindo espaços). Confira estes limites no seu texto antes de copiar e colar nos espaços previstos.*

**Medidas propostas:** (redigir com clareza e objectividade, sem alíneas)

1. A escolha dos juízes que compõe o tribunal constitucional deve ser efectuada através de concurso público e não por nomeação, a fim de salvaguardar a igualdade de oportunidades para todos os juízes que pretendam desenvolver funções no Tribunal Constitucional.

2. A regionalização devidamente enquadrada, que valorize as dinâmicas territoriais e respeite a identidade de cada região pode constituir uma solução para acabar com o elevado número de divisões territoriais que existem no nosso país. Desta forma, poderíamos rentabilizar os recursos financeiros e realizar uma gestão mais correcta dos recursos humanos, canalizando-os para as vertentes mais necessárias. Por outro lado, poderíamos dar uma resposta mais imediata e adequada às necessidades de cada região, induzindo ao desenvolvimento equilibrado e sustentado do território nacional.

3.